

A destruição do meio ambiente – uma tendência irreversível?

HENRIQUE RATTNER*

A entrada em vigor, no último dia 16 de fevereiro de 2005, do Protocolo de Kyoto – o acordo internacional que pretende reduzir as emissões dos gases (principalmente o gás carbônico, CO₂, e o metano, CH₄) que levam ao aquecimento terrestre –, proporciona o ensejo de passar em revista a trajetória da questão ambiental nas últimas três décadas.

Um breve retrospecto, desde a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo (Suécia) em 1972, até a 10ª Reunião das Partes das Nações Unidas (CPO – 10), realizada em Buenos Aires em dezembro do ano passado, revela poucos resultados concretos conseguidos à luz do imenso esforço retórico e dos inúmeros documentos escritos e publicados sobre o tema. Essa situação vem, indubitavelmente, criando um clima de pessimismo entre os “tomadores de decisão” e a opinião pública quanto à eficácia do processo internacional de seminários, conferências, projetos e políticas de meio ambiente.

Decorreriam vinte anos entre Estocolmo e a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – a CNUMAD ou Rio- 92 –, considerada o

maior momento e apoteose do ambientalismo mundial. A conferência do Rio de Janeiro contou com a participação maciça de chefes de Estado e milhares de representantes de organizações não governamentais (ONGs) reunidos em um clima caracterizado pelo multiculturalismo e voluntarismo dos representantes da sociedade civil dos quais emanava uma onda de otimismo contagiante referente aos avanços possíveis no caminho do desenvolvimento sustentável.

O conceito de sustentabilidade havia sido cunhado no relatório da Comissão Brundtland, divulgado em 1987, sob o título “Nosso Futuro Comum”. Os representantes dos países concordaram com a elaboração da Agenda 21 na qual se listavam metas e estratégias para superar os principais obstáculos ao desenvolvimento, desde o nível local, regional, nacional e internacional.

Passados outros cinco anos, aconteceu a Rio+ 5 e nesse mesmo ano (1997) se realizou também a reunião de chefes de Estado e ministros, em Kyoto, Japão, ao final da qual foi oficialmente firmado o Protocolo de Kyoto cujos signatários se comprometeram a reduzir suas emissões de CO₂ em 5% quando comparados aos níveis registrados em 1990.



* **HENRIQUE RATTNER** é professor da FEA (USP) e membro da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças (ABDL).

Curiosamente, tal como em 1919, quando, sob inspiração do presidente Woodrow Wilson, foi criada a Liga das Nações, os Estados Unidos se recusaram a participar, também desta vez. O presidente G.W. Bush recusou-se a assinar o Protocolo, alegando que a redução de emissões iria prejudicar a economia norte-americana.

O recuo dos EUA enfraqueceu o movimento ambientalista em todo o mundo, adiando por vários anos a entrada em vigor do Protocolo de Kyoto. O texto do acordo estipulava que ele só se tornaria efetivo quando fosse ratificado por, pelo menos, 55% dos países signatários e que somassem 55% das emissões totais. Como os EUA são responsáveis por 25% do total das emissões de gases de efeito-estufa foram precisos anos até que esses requisitos mínimos fossem cumpridos, graças à adesão da Rússia, outro grande poluidor.

De 1997 para cá, a emissão de gases efeito-estufa continuou aumentando aceleradamente, impulsionada pelo crescimento econômico dos países “emergentes”, particularmente a China e a Índia, ambos grandes consumidores de carvão mineral.

Os alarmes periodicamente levantados pelo Painel Internacional de Mudança Climática (IPCC), composto por centenas de cientistas e pesquisadores não parece ter afetado governantes e empresários. Em que pese a tentativa do Primeiro Ministro britânico, Tony Blair, que convocou uma conferência internacional, em março de 2005 em Londres, para chamar a atenção do mundo para a situação dramática das mudanças climáticas e os problemas urgentes do meio ambiente.

A contaminação do ar, das águas e do solo, seja pela queimada de florestas, pela emissão de gases tóxicos das indústrias

químicas e de beneficiamento de minerais, ou pelas toxinas geradas na decomposição do lixo urbano, todos afetam profundamente os ecossistemas e o estado de saúde das populações, mormente as pessoas idosas e as crianças. Entretanto, a questão do bem-estar e de qualidade de vida não pode ser reduzida aos problemas ambientais apenas. Estes estão ligados inextricavelmente aos problemas de saúde pública e coletiva, às condições inadequadas de moradia e falta de saneamento, de água, energia e outros serviços básicos.

Devemos considerar o meio ambiente como o espaço produzido e transformado, muitas vezes destruído e reconstruído pelos atores sociais, em nível local, nacional e internacional. Por ser um processo que permeia todas as atividades humanas, despertando acirradas discussões e conflitos de interesses, repercute no cenário social e político das nações e nas relações internacionais.

O estudo recentemente divulgado pelo IPCC apontou para um cenário apocalíptico em consequência do aquecimento global. O efeito estufa estaria estreitamente ligado ao aumento da ocorrência e intensidade de inundações e secas, ambas resultando em redução das reservas de água potável. O aquecimento da atmosfera provoca também o aumento da mortalidade de idosos e crianças em decorrência do crescimento dos casos de doenças pulmonares e do aparelho digestivo. Contudo, a maioria dos governos, pressionados por poderosos interesses econômicos, procura postergar e protelar a adoção de medidas de precaução e de prevenção, baseadas em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas.

No Brasil, continua a ocupação predatória da floresta amazônica, estimulada pela produção e exportação de soja, carne, milho, algodão e, sobretudo de madeira.

Poderosos interesses corporativos e seus grupos de pressão (madeireiros, criadores de gado, donos de frigoríficos) se aliam para pressionar o governo no sentido de relaxar a fiscalização e as exigências de licenciamento ambiental, argumentando que estes constituem obstáculos ao crescimento econômico e das exportações. Enfim, ao desenvolvimento do país.

Na COP-10, em dezembro passado, cada um dos países participantes apresentou um inventário de suas emissões de gás carbono na atmosfera. No Brasil, conforme vimos, a maior parte dessas emissões se deve à derrubada e queimada da floresta amazônica para dar lugar a supostos projetos em grande escala de desenvolvimento da pecuária e de cultivo da soja. A dificuldade de lutar contra o desmatamento decorre, entre outros motivos, dos generosos financiamentos conseguidos pelos grandes plantadores de soja no Mato Grosso do Sul junto ao Banco Mundial, sob a argumentação o agronegócio contribuem para o desenvolvimento brasileiro.

Os custos sociais e ambientais das atividades extrativistas e agrícolas não são compilados, muito menos compensados. A poluição de rios, lagos e águas litorâneas por agrotóxicos, mercúrio, chumbo leva à deterioração da qualidade de vida de pequenos agricultores, pescadores e populações indígenas, expulsos de seu habitat natural, sem possibilidades de retorno.

Embora tenha assinado o Protocolo de Kyoto, em 1987, o Brasil não foi incluído no grupo Anexo I – os países industrializados que precisariam reduzir suas emissões de gases causadores de efeito-estufa durante o primeiro período de vigência do acordo. Entretanto, junto com a China, Índia e África do Sul, países

“emergentes” de industrialização recente, o Brasil está sendo pressionado a adotar medidas mais concretas para reduzir suas emissões, durante o segundo período.

Uma grande interrogação pesa sobre o comportamento desses países “emergentes” que pleiteiam o direito de poluir mais, acima da quota de 5% sobre as emissões de 1990. O argumento é falacioso porque se, de um lado, confere às empresas o “direito” de poluir sem incorrer em sanções, por outro condena as populações a sofrimentos intermináveis.

Os primeiros dois anos de governo Lula revelaram um enfraquecimento do Ministério do Meio Ambiente no seio do próprio governo e perante a opinião pública. Devido a uma campanha bem orquestrada na mídia, os ambientalistas e suas exigências de licenciamento ambiental prévio de projetos e da apresentação do EIA/RIMA antes de se concederem financiamentos a projetos de infraestrutura e de “desenvolvimento” são considerados um estorvo ao crescimento econômico e ao “progresso”.

A realidade nua e crua deste progresso é retratada pela cadeia infernal de desmatamentos e queimadas, seguidos de plantio de soja e algodão geneticamente modificados e criação de gado para exportação de carne. As queimadas de vastas extensões da floresta amazônica e do cerrado, e as quase 200 milhões de cabeças de gado são responsáveis pela maior parte de emissões de CO₂ e de CH₄ (metano), principais causas do efeito-estufa e do aquecimento global.

Estudos e pesquisas com base em modelos matemáticos indicam que mesmo se houvesse estabilização da emissão e concentração de dióxido de carbono na atmosfera no nível atual, os efeitos destrutivos seriam irreversíveis nas próximas décadas...